

Estudo Técnico Preliminar 2/2021

1. Informações Básicas

Número do processo: 23086.001212/2020-69

2. Descrição da necessidade

A UFVJM é constituída de 04 (quatro) Campi que estão localizados nas cidades de Diamantina, Janaúba, Unaí e Teófilo Otoni, possuindo uma quantidade significativa de laboratórios e salas de aulas. Nessa estrutura são ofertados 49(quarenta e nove) cursos presenciais, 05 (cinco) cursos na modalidade à distância, 08 (oito) programas de doutorado, 15(quinze) programas de mestrado acadêmico e 08 (oito) programa de mestrado profissional.

Essa estrutura demanda uma variedade de materiais de consumo químicos que subsidiam a continuidade e o desenvolvimento de projetos, pesquisas e aulas práticas. Cabe ressaltar que a falta desses materiais poderá causar prejuízos e comprometer o ensino e a pesquisa, que são atividades finalísticas da instituição.

Atualmente, a UFVJM possui aproximadamente 120 laboratórios que subsidiam a continuidade e o desenvolvimento de projetos, pesquisas e aulas práticas. Tais solicitações se fundamentam pela necessidade da aquisição dos materiais químicos que são itens de estoque do almoxarifado de modo geral e têm como objetivo oferecer suporte para os docentes e técnicos, além de um aprendizado de qualidade para os alunos.

A aquisição de materiais químicos neste estudo tem como objetivo suprir o estoque do Almoxarifado de Diamantina e demais campi através da aquisição dos itens de uso comum, que são gerenciados pelo setor de almoxarifado.

A aquisição destes materiais são essenciais para a manutenção de estoque do almoxarifado, os quais serão utilizados no cumprimento das atividades cotidianas das unidades demandantes, departamentos e de todos os cursos dos Campi da UFVJM atendidos pelo Almoxarifado de Diamantina, visando oferecer suporte para os docentes, discentes e técnicos administrativos, proporcionando dessa forma um ambiente onde possa se desenvolver um processo de construção do conhecimento tecnológico e científico de qualidade.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
ALMOXARIFADO	JORGE LUIS BATISTA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os materiais referentes a esta contratação deverão ser entregues pelo fornecedor, de acordo com as especificações definidas em edital, sendo que o fornecedor deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues, bem como deverá fornecer materiais novos, de primeiro uso, fabricados de acordo com as normas técnicas em vigor, de boa qualidade e aceitação no mercado.

Para os critérios de sustentabilidade devem ser considerados os produtos fornecidos em embalagens de materiais reutilizável, reciclável ou biodegradável, sempre que possível.

5. Levantamento de Mercado

Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 10.024, de 2019, considerando que, notadamente, possuem padrões de desempenho e de qualidade que podem ser objetivamente definidos, com base em especificações usuais no mercado.

Para este tipo de aquisição existe um grande número de fornecedores disponíveis no mercado.

As possibilidades para aquisição dos materiais de consumo são: pregão eletrônico em sua forma tradicional, pregão eletrônico por sistema de registro de preços, dispensa, inexigibilidade e adesão.

- Dispensa foi descartada uma vez que os itens que se pretende adquirir não se aplica aos casos de dispensa de licitação previstos no art. 24 da Lei nº 8666/93.
- É inexigível a licitação quando há inviabilidade de competição, conforme art. 25 da Lei nº 8666/93, sendo assim essa opção foi desconsiderada.
- Considerando a quantidade de itens que se pretende adquirir a adesão foi descartada, não teríamos tempo hábil e não seria econômico para administração.

A escolha adequada para realizar a contratação dos itens de consumo foi o Pregão Eletrônico por Sistema de Registro de Preços uma vez que os bens a serem adquiridos enquadram nas hipóteses dos itens I e IV do Art. 3º do Decreto nº 7.892/13. Por tratar-se de materiais de reposição de estoque de almoxarifado e de fornecimento a toda a comunidade acadêmica por meio de atendimento a requisições de materiais de almoxarifado, há necessidade de contratações frequentes (hipótese do item I do art. 3º) na medida em que os estoques ficarem reduzidos durante a vigência das atas ARP, e em função de demandas por quantitativos, de acordo com a natureza de determinados materiais, que não podem ser previamente previstos (hipótese do item IV do art. 3º) em função de seu uso em planos de trabalho acadêmicos realizados na disciplinas práticas da graduação e pós-graduação em laboratórios.

6. Descrição da solução como um todo

As aquisições da instituição em atendimento ao dispositivo legal, são realizadas visando garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Portanto, a aquisição de materiais de consumo para utilização nas atividades da instituição deverá ser realizada respeitando estes preceitos.

Devido às características da contratação e por se tratar de material de consumo, não há necessidade de manutenção e de assistência técnica .

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades dos itens a serem adquiridos foi calculada mediante consulta realizada a unidades demandantes, isto é, Comunidade Acadêmica e mediante as quantidades prevista no Plano Anual de Contratações de Diamantina e Teófilo Otoni.

Os quantitativos dos itens foram estimados considerando a necessidade de reposição de estoque dos itens de material químico e estão fundamentados no histórico de consumo da instituição, bem como da autorização de produtos pela Polícia Federal.

Registramos que o Departamento de Química havia solicitado o item "Ácido Perclórico", conforme ofício SEI" 0053592, porém este produto depende de autorização do Exército, a qual a UFVJM não possui licença; alguns itens foram solicitado a inclusão no PAC/2020 conforme processo aberto para esta finalidade e outros já haviam sido registrados pela Diretoria de Patrimônio e Materiais.

- Relatório Controle de SRP - Pregão 27/2018 - Material Químico (SEI! doc 0050453)
- Consulta ao Departamento de Química através de Ofício (SEI! 0050456)
- Consulta ao Departamento de Farmácia através de ofício (SEI! 0050456)
- Solicitação de inclusão de itens no SRP de produtos químicos (SEI! 0053592 e processo 23086.009844/2020-71)

- Relatório PAC/2020- Diamantina (Campus JK) - SEI! 0166182
- Relatório PAC/2020 - Teófilo Otoni (Campus Mucuri) - SEI! 0166186

Cabe ainda ressaltar que a apresentação e consolidação dos itens do Campus Mucuri deve-se ao Plano de Centralização das Contratações Públicas (SEI! 0166188) apresentado pela DILOG/PROAD e transcrito a seguir:

"Considerando a supressão da UASG 158673, deverá haver um alinhamento das compras já executadas e que serão processadas visando sua agregação. Aquisições processadas por meio de SRP devem ser consolidadas pela Diretoria de Patrimônio e Materiais conforme demanda levantada pelo campus Mucuri. O cronograma de compra consumo deverá ser unificado e as contratações pontuais analisadas caso a caso."

8. Estimativa do Valor da Contratação

Como método para estimar os valores para a referida contratação, a Administração realizará pesquisa de preços, demonstrando o valor estimado da contratação, bem como as memórias de cálculo e a metodologia utilizada para obtenção dos preços de referência. As pesquisas de preços serão realizadas obedecendo as disposições da IN 73/2020 ME/SEDGGD/SG, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme transcrito abaixo:

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - Pannel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/paineldeprescos, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou

IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

§1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II.

§2º Quando a pesquisa de preços for realizada com os fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

a) descrição do objeto, valor unitário e total;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

c) endereço e telefone de contato; e

d) data de emissão.

III - registro, nos autos da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O art. 23, § 1º da Lei 8.666/93, dispõe que as obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

Nestes termos, considerando não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, a aquisição será através do Sistema de Registro de Preços, com observância ao disposto na Lei 10.520/02, Decretos 10.024/19, 3.555/00, 3.784/01, 7.174/10, 7.892/13, 8.250/14, tipo de disputa de menor preço por item, não havendo agrupamento de itens.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se aplica a essa contratação, os itens não possuem interdependência.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O Plano de Desenvolvimento Institucional PDI (2017-2021) no item 9 e subitem 9.2 prevê:

9. Promover ações de valorização e melhoria do trabalho docente nos cursos de graduação;

9.2 Engendrar esforços para a diversificação e melhoria de recursos tecnológicos e infraestrutura para a atuação pedagógica docente;

PDI disponível em:

http://media.ufvjm.edu.br/content/uploads/sites/105/2017/07/PDI_2017_2021-2.pdf

Observando as diretrizes da IN nº 1, de 10 de Janeiro de 2019, que dispõe sobre o Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações, os itens e quantidades que se pretende adquirir de material químico foram previstos no PAC/2021, de acordo com o disposto no seu art. 5º, alínea I a IX.

O Plano Anual de Contratações atualizado está disponível para consulta no Portal da UFVJM em http://www.ufvjm.edu.br/licitacoes/home/cat_view/1291-/1675-.html

12. Resultados Pretendidos

A manutenção das pesquisas e suporte a aulas práticas e o consequente desenvolvimento dos acadêmicos nessas atividades são o principal benefício direto que a aquisição desses materiais proporcionará à comunidade acadêmica, uma vez que somente este tipo de aula oportuniza aos estudantes o contato com as metodologias experimentais, permitindo a aplicação do conhecimento teórico. Ademais, a vivência prática dos conhecimentos adquiridos proporciona aos estudantes maiores chances de inserção no mercado de trabalho. Um dos objetivos de uma instituição de ensino superior é o de oferecer aos cursos ofertados condições de possibilitar aos estudantes a construção de uma sólida base de conhecimentos e o desenvolvimento de competências cognitivas necessárias ao enfrentamento dos novos desafios do mundo atual, formando profissionais capazes de contribuir no desenvolvimento municipal, regional e nacional.

Como benefícios indiretos é possível mencionar, dentre outros, impactos positivos que esta aquisição será capaz de produzir, como o incentivo implícito dado aos estudantes, já que terão condições estruturais para exercitar o raciocínio, testar experimentos, solucionar problemas e desenvolverem suas atividades. Além de oferecer aos docentes e técnicos um ambiente favorável de trabalho para que as futuras pesquisas e as que estão em andamento gerem resultados e possam ser avaliados com precisão.

13. Providências a serem Adotadas

Devido às características da contratação e com base no caput do Art. 62 da Lei 8.666/93 o instrumento a ser utilizado para formalização desta aquisição será a nota de empenho de despesa, por não resultar em obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

O prazo de entrega dos materiais se efetuará em até 30 (trinta) dias corridos para produtos nacionais e no máximo 60 dias corridos para produtos importados, a partir do envio da Nota de Empenho ao Licitante, via e-mail.

O prazo de validade na data da entrega dos materiais não poderá ser inferior a 80% (oitenta por cento) da validade total, recomendada pelo fabricante, a partir da sua data de fabricação.

Os materiais serão recebidos provisoriamente no prazo 30 (trinta) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado ou outro instrumento legal.

Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Não se aplica capacitação dos servidores e adequação do ambiente.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A Diretoria de Patrimônio e Materiais/DPM/PROAD promoveu a abertura de um processo (SEI! 23086.001022/2020-41) ainda em andamento, para formação de uma Comissão para Gestão de Produtos Químicos na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, principalmente os controlados pela Polícia Federal, visando a destinação ambientalmente adequada do passivo acumulado, implementação de um sistema de gerenciamento da aquisição e devida utilização dos produtos químicos com a finalidade de promover a redução e/ou eliminação do impacto ambiental e em conformidade ao controle promovido pela Polícia Federal. Os trabalhos propostos estão limitados em razão da Pandemia do COVID-19.

Devido às características de suas atividades – ensino, pesquisa e extensão – e ao número de pessoas atendidas nessas atividades, a UFVJM utiliza uma diversidade de produtos químicos, com conseqüente geração de resíduos e necessidade de um controle eficiente na utilização e descarte de produtos químicos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando todo o exposto, há de se reconhecer que a contratação pretendida é perfeitamente viável, pois visa suprir a instituição de insumos para o desenvolvimento de suas atividades cumprindo assim a missão de produzir e disseminar o conhecimento e a inovação integrando o ensino, a pesquisa e a extensão como propulsores do desenvolvimento regional e nacional, em consonância com seus valores.

16. Responsáveis

FABIANO KENJI AOKI
Diretor de Patrimônio e Materiais

JORGE LUIS BATISTA
Chefe da Divisão de Almoxarifado

SANDRA APARECIDA AZEVEDO
Administradora

ADÍLIO COSTA PEREIRA
Técnico em Contabilidade